

Trabalho, saúde e resistência: o caso das operárias e operários de Rio Tinto, na Paraíba, Nordeste do Brasil - 1924-1991

*Maria Bernardete Ferreira de Macêdo**

Resumo: Este estudo tem como objetivo a reflexão sobre a saúde de homens e mulheres operários. A questão em discussão é a seguinte: a relação trabalho/saúde diferencia-se segundo os grupos masculinos e femininos? Problematizar essa relação supõe uma investigação das relações de gênero no contexto do trabalho. Uma das hipóteses centrais é que essas relações organizam os modos operatórios, os conteúdos das tarefas, a relação trabalho/saúde de um processo de produção onde a organização técnica e social do trabalho foi constituída historicamente desde sua origem, a partir de uma figura feminizada.

Palavras-chaves: divisão sexual do trabalho, saúde, organização social e técnica do trabalho, relações sociais de sexo, novas tecnologias.

Abstract: This study describes the relationship between work and health in the industrial sector in terms of class and gender. It is based on extensive fieldwork and knowledge of a town-factory, which is defined as a unit of production/reproduction. Several studies have dealt with textile town-factories. But very few address the issue of the relationship between the gender-based division of work and the social and technical organization of work. This work problematizes this issue by looking at the complex relationships between genders within works contexts.

Descriptors: gender relations, gendered division of labour and health, social and technical organization of work, new technology.

* Profa. do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Pós-Graduação em Serviço Social - Universidade Federal de Pernambuco.

Este artigo trata de certos aspectos desenvolvidos na minha tese¹, onde analiso a relação trabalho/saúde das mulheres e homens operários de Rio Tinto, cidade-fábrica têxtil, a partir de uma análise das relações sociais de classe e de sexo².

A relação trabalho/saúde é analisada através das diferentes modalidades e formas de práticas sociais que dinamizam todo o campo do social no período que marca a evolução da organização social e técnica da cidade-fábrica depois de 1917 até 1991 (ano do fechamento da fábrica). A estrutura familiar e o processo de trabalho estão intrinsecamente articulados nas suas contradições e correspondem a dois períodos – 1917/1958 e 1959/1991, que marcam as transformações significativas no que diz respeito à produção-reprodução da cidade-fábrica e dos indivíduos.

Esta problemática não nasceu do acaso. Ela se constituiu a partir da subjetividade das mulheres operárias.

1. "Nós somos animais, nós somos máquinas" (As operárias de Rio Tinto)

"*Corpo comparado a animal, corpo comparado a máquina*", a dupla representação da subjetividade das operárias. Nos dois casos, "*animal e máquina*", a humanidade está perdida, e o sofrimento ocupa o lugar central nas suas vidas, nos seus corpos.

Entre os operários, o que muda é a imagem que eles fazem deles mesmos: "*Nós trabalhamos como animais*". Ser um animal ou "*trabalhar como*" implica uma dimensão sexuada da subjetividade no trabalho que procuramos analisar. As expressões "*corpo animal e corpo máquina*" aparecem no discurso das operárias de uma fábrica de fibra sintética situada em João Pessoa – Estado da Paraíba. Entre as grevistas de Gdansk, encontramos igualmente a referência a esta animalidade numa canção³.

A hipótese desse estudo é de que a subjetividade das mulheres não resulta de forças ocultas, não é totalmente explicada pelas determinações sociais e não têm o sentido de alienação, ou da submissão total das mulheres à vontade dos outros.

A partir desse estudo de caso em Rio Tinto, desenvolvemos uma reflexão visando esclarecer a produção social da subjetividade das mulheres tal como ela é construída pela divisão social e sexual do trabalho e as relações sociais de classe e de sexo. A construção do sujeito através de diferentes contradições sociais coloca a exigência de uma "*metodologia multidisciplinar*" integrando os conhecimentos da ergonomia de concepção, da psicodinâmica do trabalho e da sociologia das relações sociais de classe e de sexo.

Assim, as relações sociais de sexo são definidas, em primeiro lugar, pela ruptura radical com as reflexões sobre a saúde, a partir das determinações biológicas e sociais. Em segundo lugar, pela afirmação de que a dimensão sexuada da relação trabalho/saúde é, antes de tudo, uma construção social. Em terceiro lugar, pelo reconhecimento de que essas relações se estruturam sobre uma hierarquia e sobre uma forma de poder entre os sexos, fundada sobre a divisão sexual do trabalho e constitui um dos fundamentos materiais das relações sociais de sexo (Kergoat 1992:16).

Essas contradições sociais são um produto dos contextos históricos específicos, sendo preciso apreendê-las na sua base material e na sua expressão simbólica (produzida pela cultura camponesa assim como pelas justificações ideológicas da religião católica).

¹ "EN TISSANT VOILES ET LINCEULS – Le rapport travail/santé des ouvrières de Rio Tinto (Nordeste du Brésil): une analyse de rapports sociaux de classe et de sexe", Thèse de Doctorat en Sociologie du Travail, Université Paris 7, Juin 1993, 489 p.

² Esse texto retoma e prolonga aspectos essenciais da minha tese publicados em WOMENS'S STUDIES – Manuel de Ressources, septembre 1994, Bruxelles, p. 161-174.

³ Canção citada por "Rouge", n. 934, 5 de setembro de 1980, In: KERGOAT, D. *Les Ouvrières*, Paris: Le Sycomore, 1982, p. 109.

Na análise simultânea da divisão sexual do trabalho e das relações de sexo na cidade-fábrica têxtil, as contribuições da ergonomia e da psicodinâmica do trabalho fornecem as questões sociológicas seguintes:

- as relações sociais entre os sexos na cidade-fábrica;
- as relações sociais referentes à construção sexuada da noção de saúde;
- as relações sociais entre os sexos interferindo no local de trabalho, na casa, na fábrica, na relação com o corpo, na saúde, na sexualidade, no sofrimento e na relação com as crianças.
- o conteúdo das experiências vividas pelas operárias, inscritas no seu inconsciente e produzidas nas relações de dominação, de classe e de sexo; experiências que interferem na vida coletiva e que condicionam a constituição das representações do corpo correspondendo às imagens que identificam as mulheres aos animais e às máquinas.

No que diz respeito à problemática, a sociologia do trabalho interpreta a vivência operária e suas conseqüências sobre a saúde e esclarece que a distribuição de tarefas, na casa e na fábrica, estrutura a relação trabalho/saúde de maneira diferenciada, segundo os sexos.

A problemática da divisão sexual do trabalho, através da análise fundada sobre a ergonomia, mostra que os pontos críticos e as dificuldades na execução do trabalho diferenciam segundo os sexos, o modo operatório, a tarefa, a atividade de trabalho e, em conseqüência, a relação trabalho/saúde. No que diz respeito ao objeto de pesquisa, os aspectos das culturas camponesa e católica estão imbricados nesse processo.

A psicodinâmica do trabalho⁴ enriquece a análise da relação entre o trabalho e o equilíbrio psíquico evidenciando como se determinam os sistemas defensivos, a constituição de coletivos femininos, as estratégias defensivas e a sublimação (Dejours; 1980).

A abordagem multidisciplinar constituída pela sociologia do trabalho das relações sociais de classe e de sexo, a ergonomia de concepção⁵ e a psicodinâmica do trabalho evidenciam que a relação trabalho/saúde física e mental existe sobre três formas inseparáveis:

- a organização social sexuada do trabalho;
- a organização técnica sexuada do trabalho;
- o trabalho doméstico articulado com esses dois aspectos da organização do trabalho.

As impressões dessa tripla relação trabalho/saúde imprimem-se nos seus corpos. A dupla natureza do corpo das mulheres, os corpos mutilados ou cicatrizados são uma das formas de existência da fábrica.

⁴ "Essa disciplina – inicialmente denominada psicopatologia do trabalho – tem por objeto o estudo clínico e teórico da patologia mental decorrente do trabalho. Fundada ao final da II Guerra por um grupo de médicos-pesquisadores liderados por L. Le Guillan, ela ganhou há uns 15 anos um novo impulso que a levou recentemente a adotar a denominação de "análise psicodinâmica das situações de trabalho", ou simplesmente "psicodinâmica do trabalho". Nessa evolução da disciplina, a questão do *sofrimento* passou a ocupar uma posição central. O trabalho tem efeitos poderosos sobre o sofrimento psíquico. Ou bem contribui para agravá-lo, levando progressivamente o indivíduo à loucura, ou bem contribui para transformá-lo, ou mesmo subvertê-lo, em prazer, a tal ponto que, em certas situações, o indivíduo que trabalha preserva melhor a sua saúde do que aquele que não trabalha. Porque o trabalho ora é patogênico, ora é estruturante? O resultado jamais é dado de antemão. Depende de uma dinâmica complexa cujas principais etapas são identificadas e analisadas pela psicodinâmica do trabalho" (DEJOURS, 1999:21)

⁵ A relação trabalho prescrito/trabalho real é um dos fatores que participam da construção da dupla representação do corpo das mulheres, uma vez que seu conteúdo, sua organização, seu modo operatório implicam efeitos penosos cognitivos, sensoriais e motoras, nas quais as operárias engajam seus músculos, seus órgãos do sentido e seu sistema nervoso, fonte de fadiga e de sofrimento. Essa relação constitui uma das importantes contribuições seja do estudo ergonômico, seja da psicodinâmica do trabalho.

A análise integra os aspectos da definição de saúde elaborada por Dejours (1987) e reconhecida pela ergonomia "...a saúde para cada homem, mulher ou criança, é saber os meios de traçar um caminho pessoal e original na direção do bem estar físico, psíquico e social". Ela considera igualmente a que "a saúde não é nem um estado perfeito, nem um bem que se consome, nem um capital, nem a ausência ou a soma de riscos ou de doenças. A saúde é um processo dinâmico segundo o qual o indivíduo se constrói e caminha, processo que se inscreve no corpo, na pessoa, nas marcas do trabalho, das condições de vida, dos acontecimentos, das dores, do prazer e do sofrimento, de tudo que é feita uma história individual na sua singularidade, além do que é um processo de natureza coletiva pela influência das múltiplas lógicas no centro das quais ela se insere" (Thebaud-Mony *et alii* (1992).

Estas "múltiplas lógicas" definidas neste estudo mostram como a dinâmica das relações sociais de classe e de sexo produz novas práticas de resistência – individuais ou coletivas –, elas mesmas originando novas doenças do trabalho.

O trabalho de campo privilegiou entrevistas aprofundadas e histórias de vida e foi realizado com 42 operários, dos quais, 30 mulheres e 12 homens.

O material da pesquisa compreende três fontes: histórica⁶ – os arquivos da vila, do sindicato etc; fotográfico, através dos lugares que tiveram importância na memória operária; e sociológica, pelo testemunho dos operário(a)s.

A análise das entrevistas e das histórias de vida privilegiou o tema central da tese: o processo de trabalho assalariado e trabalho doméstico. Este duplo trabalho estrutura a reprodução dos indivíduos sendo reconhecido como significativo da situação particular das mulheres em Rio Tinto.

2. 1917-1958 – Organização sócio-técnica, divisão sexual do trabalho e saúde

Esta fábrica pertence a um grupo importante: a família Lundgren, de origem sueca. O grupo Lundgren investe na cidade-fábrica em razão da expansão do mercado internacional, principalmente na Primeira Guerra Mundial quando cessa momentaneamente a concorrência das fábricas européias e norte-americanas.

2.1. A família híbrida camponesa e operária: a base operatória da divisão sexual do trabalho

A família, como base operatória da divisão sexual do trabalho em Rio Tinto, data do começo da construção da cidade-fábrica (1917). Ela responde às necessidades de funcionamento da organização social e técnica do trabalho.

O contexto histórico coloca em evidência uma relação fundada sobre antagonismos de papéis sociais; de uma parte, as famílias camponesas – a base da nova organização social, cultural e econômica –, e de outra parte, a família Lundgren que possui os direitos de propriedade e de autoridade. A família híbrida camponesa e operária se constitui em coletivo operário marcado pela divisão sexual.

Desde 1924, a fábrica funciona. As mulheres e as crianças ocupam o lugar central na organização social e técnica do trabalho. A história da família evolui no centro das novas relações de produção/reprodução.

A fábrica se beneficia das relações complementares entre a escola, a igreja e a família. Estabelece-se uma maneira nova de definir as orientações do trabalho feminino: o papel das mulheres se distingue pela gestão do trabalho no meio familiar, pela reprodução biológica e pela perpetuação do

⁶ Cf. ARAGÃO, A.D. e allii (1982); FERNANDES (1971); ARRUDA MELLO (1988); GOES (1962).

assalariamento; independente de que as mulheres sejam mães casadas ou solteiras as vantagens para a fábrica são importantes. Observa-se uma intensificação do trabalho doméstico. A reprodução da família assegura-se dentro dos horários submetidos à lógica da produção, sem prejuízo para a organização dos serviços de infraestrutura da cidade-fábrica. A organização social e técnica do trabalho não existe sem o trabalho doméstico.

2.2. Processo de trabalho: fiação, tecelagem, acabamento e oposição dos modelos femininos e masculinos

O processo de trabalho nos dois períodos analisados evolui a partir da oposição dos modelos masculino (força)/feminino (habilidade), originando a degradação da saúde (Milkman, 1987).

Aos homens, as tarefas pesadas: preparação à fiação (abertura de fardos, o batedor mecânico ou manual, as cardas, os bancos); preparação à tecelagem (a tinturaria, a engomadeira); o acabamento (o enrolamento).

Às mulheres, as tarefas que exigem paciência e habilidade: preparação à fiação (a penteadeira); a fiação (seção de retorceadeira e seção de ajuntadeira); preparação à fiação (a bobinadeira; a urdideira, a liçadeira); tecelagem (a tinturaria, a limpeza, a etiqueta)⁷.

Mesmo que a força de trabalho seja constituída por 70% de mulheres, são os homens que ocupam os postos de mestre, de contramestre, considerados de importância na hierarquia da fábrica.

2.2.1. Cultura e representação na construção do processo de trabalho

O desconhecimento e as dificuldades de compreensão da linguagem técnica do processo de trabalho permitiram que as representações ligadas à origem camponesa e católica das operárias e operários alimentassem as práticas de linguagem e as representações das situações de trabalho. As palavras “*espora*”, “*prateleira*” são exprimidas quando os operários e operárias referem-se às partes das máquinas, colocando na fábrica o mundo camponês.

A relação de trabalho, marcada pela dependência total da vida à fábrica e pelo lugar ocupado nas atividades assalariadas e domésticas, funda a participação das mulheres em um coletivo de trabalho feminino e a consciência desta participação, dando origem às práticas sociais.

A ideologia da igreja católica é constitutiva da relação trabalho/saúde principalmente durante os primeiros anos de funcionamento da fábrica: os operários e operárias consideram que a saúde é um dom de Deus. Ao longo do tempo, a noção de saúde integra as relações sociais de classe e de sexo. Isto não significa dizer que a cultura religiosa desaparece das práticas operárias. Bem ao contrário, a percepção dos riscos e dos corpos mutilados dos homens e das mulheres estabelece uma relação forte com Deus para suportar o perigo do trabalho. Essa relação é essencialmente estabelecida pelas mulheres em razão de suas situações de trabalho muito perigosas.

Nesse primeiro período, constata-se, além da exploração do trabalho das crianças e dos adolescentes, a constituição de um coletivo operário sexuado e a tensão permanente entre trabalho doméstico e trabalho assalariado. Há a produção de imagens do corpo através da relação com esse duplo trabalho. Do processo de trabalho industrial, originam-se as doenças profissionais e acidentes do trabalho até então desconhecidos pela comunidade camponesa. Entre 1917 e 1958, a saúde da população operária seria afetada pelas morbidades originadas da precariedade das condições gerais de vida, e pelas mutilações do trabalho.

⁷ Segundo TEIGER (1992:19), a noção de tarefa precisa o conjunto das atividades físicas (gestos, posturas), ou mentais (tomada de informação, reflexão, decisão, planificação) específicos e precisamente quanto ao tempo (momento, duração, frequência, ritmo, ordem) e o espaço de trabalho (localização, deslocamento).

2.2.2. O coletivo operário feminino e masculino

Os objetivos da produção se concretizam a partir da constituição de um coletivo operário sexuado sendo o mesmo submetido a uma estrutura funcional, hierárquica e reprodutiva.

- a estrutura funcional refere-se à distribuição dos postos e funções segundo os sexos. As mulheres ocupam os postos e funções que quotidianamente são mais submetidos ao perigo e ao medo, tarefas repetitivas e penosas na relação com o tempo. As maiores dificuldades aparecem na vivência com o duplo trabalho assalariado e doméstico, as condições de trabalho, principalmente o ruído.
- a estrutura hierárquica evidencia a articulação diferenciada do coletivo feminino e do coletivo masculino com as funções de comando, de controle, dentro do processo de trabalho. Chefe de seção e contramestre confrontam na hierarquia do coletivo situações de opressão que se diferenciam das mulheres operárias. Eles devem gerir os incidentes, controlar as intervenções necessárias para que as mulheres produzam o máximo possível, uma vez que seu salário é determinado, considerando o rendimento das mulheres. A atividade dos chefes de seção e dos contramestres inscreve-se numa lógica de conflito: eles são os únicos tendo os conhecimentos técnicos e a autorização de reparar e de ajustar as peças das máquinas, de controlar as operações que podem representar perda de material e de fio. Toda intervenção de um chefe de seção ou de um contramestre é causa de perturbação para a operária assim como de inquietude, na medida que ela significa perda de tempo e de salário.

As operárias acumulam, ao longo dos anos de trabalho, o saber prático necessário para conhecer os problemas técnicos das máquinas, de perceber se o fio está bem ou mal posicionado, de saber se a máquina tem necessidade de ser reparada; no entanto, o conjunto dos conhecimentos técnicos das operárias é ocultado pela divisão sexual do trabalho que não reconhece nas mulheres esta capacidade de utilização da técnica. O posicionamento hierárquico do chefe de seção e do contramestre traduz esse não reconhecimento.

- a estrutura reprodutiva compreende todas as atividades de reprodução da família – força de trabalho para a fábrica. A simultaneidade do duplo trabalho assalariado e trabalho doméstico diferenciam a apreensão concreta do trabalho segundo os sexos.

Na organização técnica sexuada do trabalho, 70% dos postos são femininos. As tarefas repetitivas, a rapidez dos gestos e as condições nas quais se desenvolve a atividade de trabalho (cadências, ruídos, insalubridade, odores) são importantes nas atividades de trabalho feminino.

Os meios de trabalho – a matéria-prima: a cor e a espessura dos fios – diferenciam os modos operatórios segundo a tecnologia utilizada, a diversidade e a variabilidade da produção.

Os diferentes tipos de fio de espessura eram de 2.20, 2.40, 2.50 e 2.60. O fio 2.20, o mais grosso, é utilizado para a fabricação de tecidos grossos. O fio 2.60 é o mais fino e utilizado na fabricação de tecidos mais finos.

Esses diferentes tipos de fios exigem um engajamento diferenciado das mulheres: as atividades físicas e mentais aumentam com o trabalho sobre o fio 2.60, o mais fino. A quebra freqüente desse fio intensifica as exigências do trabalho, aumenta os conflitos com os mestres e contramestres, reduz em consequência os salários. Como foi assinalado, o salário dos mestres era pago segundo a produção das operárias.

A análise do trabalho de cada seção evidencia que a relação de tempo para a realização das tarefas é diferenciada segundo os operários e as operárias. O tipo de tecnologia utilizada, o tipo de fio e a demanda do mercado impõem ritmos, movimentos, posturas, diferenciando as exigências do tempo para a realização das atividades. A relação ao tempo se diferencia segundo as características individuais:

a idade, o sexo, os anos de trabalho, a experiência de acidentes do trabalho, o período de menstruação, a gravidez e o aborto. Ainda, distinguem-se:

- a) o controle do tempo para a realização do trabalho doméstico;
- b) o controle organizacional exigido para a reparação de fio e da quebra de dispositivos técnicos diferencia-se segundo a composição técnica (coexistência de tecnologia nova e antiga, normas de produção), ausência de técnicos para reparar os defeitos e de ajudantes para aprovisionar as máquinas;
- c) as exigências da organização social (controle do tempo exercido pela hierarquia, interdição de se comunicar, de satisfazer as necessidades biológicas, prolongamento dos horários);
- d) as exigências das relações afetivas que determinam preferências entre a hierarquia e as operárias: ou seja, a distribuição do tipo de fio segundo os laços de amizade ou de inimizade entre as operárias e os contramestres. As operárias que recusam colocar sua afetividade a serviço da produção são excluídas dos laços de amizade no grupo de trabalho.

Somam-se a essas exigências, a instabilidade do estatuto de assalariadas e, em consequência, o medo do desemprego.

Os chefes de seção, os contramestres e os operários não são submetidos às mesmas exigências de tempo das operárias. Suas atividades não exigem o mesmo engajamento físico, psíquico e cognitivo.

2.2.3. Divisão social e sexual do trabalho: medo, corpos mutilados e resistência operária

A análise da divisão técnica, social e sexual do trabalho fornece elementos de compreensão dos processos de saúde/morbidade.

Nesse primeiro período (1917-1958), o medo no trabalho e as dificuldades para a realização das tarefas aumentam com a experiência de acidentes do trabalho. As tecelãs e passadeiras apresentam joelhos deformados, dedos mutilados e cabelos arrancados; as liçadeiras se queixam de deformações nas mãos e dedos; nas cardas, os operários falam do perigo e do medo da morte causado pelas correias das máquinas; quanto aos operários das engomadeiras, eles trazem no corpo as impressões de suas queimaduras.

O medo no trabalho aumenta no período de gravidez. A organização social e técnica do trabalho torna a gravidez invisível: as mulheres são recusadas às mudanças que possibilitam o desenvolvimento da gravidez no trabalho sem conflito e medo.

Segundo as operárias, durante os nove meses de crescimento do “*bucho*”⁸, conciliar “*bucho e máquina*” exige um aprendizado permanente. Durante a gravidez, a transformação de seus corpos exige mudanças ao nível da relação mulher/máquina, no que concerne às posturas, aos movimentos, à utilização dos instrumentos de trabalho, tempo de repouso, que são completamente ignorados pela organização do trabalho. Elas dizem que uma mulher grávida vai “*colocar o bucho de lado*”, protegendo-o e realizando o trabalho.

A penosidade do trabalho, durante a gravidez, diferencia-se segundo o posto ocupado e a realização das tarefas. Ela é mais intensa, por exemplo, para as mulheres da fiação, da tecelagem, da passadeira,

⁸ A palavra “*bucho*” tem dois significados: para se referir ao ventre e para chamar atenção sobre a feiura das mulheres.

sensíveis aos perigos originados das exigências de deslocamento em espaços reduzidos que separam as máquinas ou ainda do imprevisível “salto da lançadeira” que provoca acidentes graves. O medo de acidentes revela, ao nível individual e coletivo, a vivência do sofrimento que se exprime através de nervosidade, perda do sono, corpo doloroso e somatizações múltiplas.

2.2.4. Processo de trabalho e evolução das defesas femininas e masculinas

No período que vai de 1924 ao fim dos anos 40, o “*sonho do progresso*”, difundido pela fábrica para recrutar as famílias camponesas, transforma-se em uma experiência de medo. Para exprimir essa vivência, os operários e operárias se servem da ironia e denominam a cidade de Rio Tinto de a “*Amorosa*”. Essa palavra exprime a vivência da violência da fábrica; significa prisão, sofrimento, medo, violência; violência exercida pela fábrica, segundo a lembrança dos operários e operárias

Na época da “*Amorosa*”, todos os meios de subsistência necessários à reprodução dos indivíduos – condições elementares e sociais de habitação, vestiários, alimentação, lazer e saúde –, estão diretamente subordinados à fábrica. Inexistia a liberdade formal do assalariado clássico (Macêdo, 1986:102).

O controle cotidiano da fábrica é física, psicológica e moralmente insuportável para as mulheres, principalmente no período de menstruação, quando as necessidades de higiene exigem a saída do posto de trabalho em maior frequência. O tempo de trabalho fortemente feminizado coloca em questão as orientações que definem o assalariamento feminino.

Até 1943, as defesas contra o controle social e técnico do trabalho são de ordem individual e diferenciadas segundo o estatuto das mulheres casadas e solteiras com ou sem crianças. Certas práticas mostram as operárias implicadas nas atividades de trabalho e nos princípios assumidos face à religião. Aparecem as autorizações para não trabalhar no dia de Santa Luzia (santa reconhecida entre o operariado como protetora dos olhos). Os santos preferidos são colocados nas máquinas para protegê-las dos acidentes, prática da maioria das mulheres. Constata-se que as estratégias de defesa são elaboradas segundo a diversidade das condições; diferentemente das solteiras, as mães elaboram as estratégias conscientes de sobrevivência e de proteção sobre elas mesmas e sua família.

Sobre essas práticas, pensamos que não é nesse apelo feito através da religião para reivindicar, para suportar o medo e o perigo no trabalho que as práticas femininas contêm um caráter de submissão, mas na dificuldade que têm as operárias de romper o isolamento da atividade doméstica e assalariada. Este isolamento coloca em evidência as relações de dominação dos homens sobre as mulheres. Segundo as operárias, algumas delas, desesperadas, exprimem sua vontade de se suicidar e canalizam a insatisfação na relação com as crianças; outras solicitam a mudança do posto de trabalho e ainda se encontram aquelas que provocam acidentes voluntários, para se beneficiarem de uma licença por acidente. Esta prática, entre as operárias solteiras sem crianças, não abrange as operárias mães, devido ao comprometimento face à sobrevivência da família e às tarefas domésticas.

As operárias utilizam diferentes estratégias para lutar contra o sono durante o horário da noite. Essas estratégias são frequentemente utilizadas pelas operárias solteiras sem criança quando, no processo de fabricação, utiliza-se o fio grosso: fazer pequenos passeios para conhecer os outros setores da fábrica; cantar e dançar a “*lapinha*” (dança folclórica da festa de natal), dormir nos banheiros; outras, no posto de trabalho, formavam um pequeno grupo e cantavam “*canções pornográficas*”.

Esses momentos de descontração são vivenciados num clima de cumplicidade entre as operárias. No entanto algumas delas são incapazes de deixar seu posto de trabalho ou mesmo de participar dos momentos de descontração ou de satisfazer suas necessidades fisiológicas. As operárias, rindo, referem-se a elas como “*orelhas de freira*”.

Na expressão “*orelha de freira*” exprimem-se ironia e ambivalência em relação à religião católica. Dessa maneira, a religião integra a subjetividade operária articulando suas práticas e fornecendo os instrumentos para sua interpretação.

Na década de 50, os baixos salários, as horas suplementares e conflitos hierárquicos provocam na seção de bancos uma explosão de insatisfação. Esta seção, composta por operários que haviam atingido estabilidade⁹ e sindicalizados, canaliza para o sindicato suas queixas até então vivenciadas individualmente, transformando-as em resistência coletiva.

As mulheres não participam dessa luta salarial. A oposição das mulheres se explica pela não estabilidade no trabalho; insegurança que não era vivenciada pelos homens, o que explica sua adesão massiva a esse tipo de reivindicação. A recusa das mulheres não é portanto uma expressão da submissão das mulheres aos imperativos do capital. Essa recusa se explica também pelas tensões internas na família, tensões relativas à gestão e à utilização do salário aos fins essenciais da reprodução e da sobrevivência; esta oposição evidencia ainda o medo das mulheres de dispensa e de colocar em perigo a esperança de obter a aposentadoria por tempo de trabalho. A fábrica tira proveito dessa tensão e instaura a violência para romper a emergência das práticas de resistência masculinas.

Essa prática de violência concretiza-se com a organização pela fábrica do “*teatro do medo*”, ou seja, o enterro fictício do dirigente sindical. Os operários são obrigados a participar do enterro que circula por todas as ruas da cidade. Nessa marcha fúnebre, as mulheres vão participar inclusive aquelas que resistiram a se associar ao movimento reivindicativo. Homens e mulheres choram de humilhação, com medo que, se não acompanharem o enterro, sejam punidos com o desemprego. As lágrimas dos operários e operárias davam a impressão de que o sindicalista estava verdadeiramente morto.

Para os operários e operárias, este “*teatro do medo*” representa sua própria morte. Essa demonstração de poder estabelece um silêncio de morte na cidade-fábrica. Os vigias da própria fábrica e a polícia do Estado participam da marcha fúnebre a fim de assegurarem a eficiência.

Para a fábrica, o “*teatro do medo*” não foi uma medida eficaz para reprimir a resistência do coletivo masculino. E logo em seguida, o trabalho das mulheres nessa seção aparece como uma outra prática para quebrar esta resistência. A divisão sexual do trabalho perde seu conteúdo original. A substituição dos homens pelas mulheres se faz contra a vontade destas últimas de aprenderem as atividades dos operários e contra a vontade dos operários de transmitirem o aprendizado às operárias.

Com o passar do tempo, a seção de bancos se transforma em uma seção de predominância feminina. As operárias fazem as mesmas tarefas que os operários.

3. 1959-1991 – Mudanças sócio-técnicas, divisão sexual do trabalho e saúde

A partir de 1959, uma nova relação de produção-reprodução emerge.

O período que vai de 1958 a 1964, coloca em evidência a crise que atravessa a indústria têxtil do Nordeste, criada pela entrada na região dos produtos do Sudeste do Brasil.

⁹ Para aceder a segurança no emprego, a legislação do trabalho impõe ao empregado preencher uma só condição – artigo 492 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) – estar a serviço do mesmo empregador durante ao menos 10 anos. Esse tempo cumprido, o empregado não poderá ser dispensado, mesmo se ele é responsável de faltas graves. Nesse caso o empregador pode recorrer a um processo de conciliação e a um julgamento. A dispensa, se considerada fundada, será da competência do poder judiciário. Se a inocência é provada, o empregado será reintegrado no seu antigo emprego, e se a reintegração é “desaconselhável”, ele deverá receber uma indenização igual a duas vezes o salário de seu tempo de serviço – artigo 496 – CLT. In: VIANA, L. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 272.

A fábrica compra 220 novas máquinas, de modelo KOVO, fabricadas em 1959. Essa aquisição aumenta o número de máquinas para 2.518; portanto 90% das máquinas da seção de tecelagem são antigas. A fábrica inicia o processo de mudanças técnicas bem antes da realização do programa da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), cuja concepção foi determinada por processos a nível político, social e ideológico no decorrer da década de 50.

Em 1959, a direção da fábrica, para contornar os limites da legislação, inicia a disputa dos operários e operárias à base de acordos, assinados sobre pressão, e a perda de salários.

As dispensas provocam novas desigualdades:

- desigualdade na estabilidade do emprego: os “*estáveis*” (se beneficiando da – segurança no emprego) têm mais de dez anos de trabalho, sendo na grande maioria homens e mulheres solteiras.
- desigualdade do estatuto matrimonial: a casa negociada pelo casal pela indenização do tempo de trabalho, aviva conflitos entre as operárias-mães-solteiras e as operárias casadas.

Em 1962, um projeto é enviado à SUDENE. Os aspectos técnicos da tecelagem de Rio Tinto incitam a administração da fábrica, em 1962, a se beneficiar do programa de reequipamento da indústria têxtil organizado pela SUDENE. O reequipamento da fábrica é feito em duas etapas. A primeira, em 1962, implica:

- a compra de equipamentos no Brasil e no exterior;
- a substituição das máquinas da seção de fiação, a fim de reduzir o número de paradas técnicas;
- a melhoria da qualidade dos tecidos e aumento da produtividade.
- a recobertura da seção de fiação, 14.551m², até essa data coberta de zinco. O projeto avalia em 1.236 o número de supressão de postos nas diversas seções.

Em 1966, a criação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) possibilita ao patronato dispensa os empregado(a)s sem justificativa.

A nova legislação do trabalho reforça as exigências da mobilidade da força de trabalho necessária a esta etapa de reorganização do processo de trabalho.

O segundo projeto é encaminhado à SUDENE em 1966. Esse projeto propõe a reforma geral da fábrica e a compra de equipamentos para a fiação. Nessa etapa, a tecelagem já se encontra funcionando com novas máquinas.

A nova organização técnica se diferencia segundo o tipo da máquina, as horas de trabalho, atividade de trabalho e a produção mensal. Essas mudanças atingem o universo da família em função da redução do tempo de trabalho: ocorre uma instabilidade dos papéis com o investimento importante das mulheres no trabalho doméstico.

3.1. Uma nova figura salarial feminizada

Esse segundo período determina alterações significativas ao nível da produção com a coexistência de diferentes tecnologias e provoca uma ruptura no interior das relações sociais, afetando a centralidade da família, como unidade de recrutamento da força de trabalho, para dar prioridade à seleção individual. Família e processo de trabalho se separam. Todos os meios de subsistência necessários à reprodução da força de trabalho deixam de ser uma atribuição da fábrica. Uma nova figura salarial feminizada –venda formal da força de trabalho se estabelece. Mesmo com a redução massiva do quadro de pessoal, as mulheres continuam a representar 70% do trabalho assalariado.

3.2. A construção de uma resistência operária sexuada (1959-1964)

O período de 1959 a 1964 marca a reestruturação da resistência do coletivo operário. Essa resistência organiza-se no Nordeste do Brasil, no começo dos anos 50, através das “Ligas Camponesas”. O objetivo é de lutar contra as condições de exploração do trabalho camponês. Em Rio Tinto, esse movimento reivindicativo é organizado pela melhoria das condições de trabalho e de salários na fábrica e no campo.

As operárias recusam a nova reorganização da produção que instala o desemprego ao centro do cotidiano operário, criando uma ameaça direta para a sobrevivência da família. Nessa época, constata-se a solidariedade entre operários e operárias, para se opor às transformações que afetam a esfera reprodutiva.

O sindicato é o espaço onde se canalizam todas as queixas e sofrimentos do operariado: os medos, a desvalorização, a vergonha. Observa-se assim a elaboração de um processo de reapropriação da dignidade operária através da resistência sindical, sem que, portanto, a opressão das mulheres na esfera reprodutiva seja vista como um ponto importante de debate.

A construção dessa resistência dos operários e operárias é destruída pelo golpe militar em 1964¹⁰; o silêncio se estabelece em toda a cidade.

3.3. Silêncio e sofrimento dos homens e das mulheres: 1965-1979

De 1965 a 1970, as novas relações de produção-reprodução na cidade-fábrica remodelam as relações trabalho/saúde.

O desemprego e a explosão exteriorizada mas também interiorizada (o medo) produzem uma nova forma de sofrimento na esfera reprodutiva.

A ansiedade, as dores de cabeça, a irritabilidade persistem nos operários e principalmente nas operárias. Para os operários, existe a ansiedade de partir para procurar trabalho na região Sudeste do Brasil (distância de dois mil quilômetros de Rio Tinto), principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. As mães operárias ficam em Rio Tinto com as responsabilidades de sobrevivência da família, num momento em que os custos de reprodução são bem superiores àqueles praticados anteriormente pelo mercado da fábrica. O custo de moradia, anteriormente ligado ao contrato de trabalho, é particularmente caro.

A dispensa coletiva priva os operários e operárias do trabalho e os coloca numa situação de impotência dolorosa.

Nessa época, o reconhecimento de diversas doenças profissionais de pele, dos olhos, respiratórias, que permitiam o acesso à aposentadoria, foram suprimidas da legislação de Saúde. Segundo os depoimentos das operárias, antes da nova organização do trabalho, muitas delas tiveram acesso à aposentadoria graças ao reconhecimento dessas doenças. Sobre essa questão, pensamos que esta supressão visa a diminuir os custos econômicos e sociais da aposentadoria e das dispensas por problemas de saúde.

A nova organização do trabalho produz uma relação de dominação extremamente particular, a submissão dos corpos doentes à tirania direta do Estado, através do serviço médico do INPS – Instituto Nacional de Previdência Social.

Confrontadas à realidade do medo, aos conflitos na família, a loucura passa a representar para as mulheres, uma única possibilidade de realizar o “*sonho da aposentadoria*”. Esse problema nos parece

¹⁰ No dia 31 de março de 1964, começa a ditadura militar estabelecida pelo golpe militar destruindo o movimento operário no Brasil.

essencial, porque é uma das formas intensas da dor: não existe somente a negação de si mesma, mas uma ruptura total com o trabalho, a família, a vida. Os homens não utilizam os mesmos meios para resolver os conflitos familiares ou de trabalho. Trata-se de uma estratégia de defesa própria das mulheres e originada da articulação da produção e da reprodução, determinada pelas relações de classe e de sexo. Esta loucura é uma forma de perda da linguagem.

Do ponto de vista do trabalho assalariado, se a tecnologia pode reduzir a penosidade física de certas tarefas, a divisão sexual do trabalho tem, em contrapartida, estruturado uma organização técnica e social sexuada muito mais rígida e aumentado as exigências psíquicas da atividade, com repercussões tanto sobre o trabalho doméstico como sobre a saúde.

O período de 1970-1991 inaugura, na vida dos operários e operárias, um certo vazio e nostalgia. Através do corpo e da memória dos homens e das mulheres mutilados, medicalizados ou portadores do *"sonho da aposentadoria"* revelam-se formas de existência da fábrica. A vergonha, a desvalorização, a esperança marcam a cultura sexuada operária, ela mesma em transformação, tornando visível a condição social vivenciada.

Observa-se a busca de uma explicação para a violência vivenciada, colocando-se como resposta o projeto sonhado e jamais realizado do acesso à escola. Para os operários e operárias, somente através dos *"estudos"* seria possível a mudança de sua condição social.

Conclusão

Nos dois períodos considerados, a relação trabalho/saúde dos homens e das mulheres reflete a evolução da cidade-fábrica.

A cidade-fábrica evolui submetendo a estrutura familiar através dos seguintes aspectos: a vida familiar fundada sobre o poder dos pais e de sua ausência na divisão das tarefas, os aspectos culturais da religião católica e da vida camponesa que modelam as representações do trabalho. Esses fatores revelam as contradições nas quais vemos estruturar-se a relação trabalho/saúde física e mental das operárias de Rio Tinto.

O processo de trabalho estrutura-se a partir da inserção das famílias na organização social e técnica do trabalho. As funções profissionais, conjugais, maternais e domésticas, submetidas à organização social e técnica do trabalho, participam da construção das dimensões sexuadas da relação trabalho/saúde e da dimensão psicopatológica engajada no trabalho. A dupla representação que as operárias fazem de seu corpo: *"nós somos animais e nós somos máquinas"* resulta de um processo psíquico, socialmente situado, a articulação mesmo das relações de produção e das relações sociais de sexo.

As dimensões sexuadas da relação trabalho/saúde mostram a contradição entre trabalho prescrito e trabalho real, a opressão e a violência que fundam a estrutura familiar e o trabalho doméstico.

A organização do trabalho penaliza tanto fisicamente quanto psiquicamente o coletivo de trabalho feminino; as relações de poder que submetem as mulheres ao trabalho assalariado e trabalho doméstico produzem as práticas individuais e coletivas contra a organização do trabalho. Essas práticas não se desenvolvem da mesma maneira, segundo se trate do coletivo masculino e do coletivo feminino. No caso das operárias, conforme o estatuto de solteiras sem crianças e as mães, diferencia-se a transgressão de ordens e a constituição das defesas. Para as operárias mães, a ideologia que define seu papel na família é apresentada controlando as práticas de defesa e a entrada na luta contra a exploração do trabalho, como também a incerteza de retorno ao emprego após a licença maternidade coloca uma ameaça com relação à sobrevivência dela e da família, aumentando a insegurança do não acesso à aposentadoria.

Os homens e as mulheres são submetidos ao poder do capital e à ideologia por ele difusa, na divisão sexual do trabalho. No entanto, para as mulheres, é necessário associar a dominação e a

exploração do sexo oposto. É preciso analisar as práticas dessa forma de dominação profissional, da estrutura familiar e das relações sociais globais da sociedade.

Referências Bibliográficas

- Aragão, A. D. *et alii*. (1982). *Condições de trabalho e de vida do operariado em Rio Tinto* – PB: Período: 1924-1940. João Pessoa: UFPB – Mestrado em Ciências Sociais.
- Arruda Mello, J. de. (1988). *Arqueologia industrial e imaginário social em Rio Tinto*, Monografia USP, São Paulo. pp. 78.
- Daniellou, F. *et alii* (1991). *Comprendre le travail pour le transformer – La pratique de l’ergonomie*. Paris: Éditions ANACT, pp. 233.
- Daniellou, F.; Laville, A.; Teiger, C. (1988). Fiction et réalité du travail ouvrier. *in: Le travail ouvrier*, Paris: La Documentation Française. coll. Cahiers Français; 209, pp. 39-45.
- Dejours, C. (1986). “Por um novo conceito de saúde”, *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, n. 54, vol. 14, abril/maio/junho, pp. 7-11.
- *A Banalização da Injustiça Social* (1999). Tradução de Luiz Alberto Monjardim, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, pp. 160.
- *A Loucura do Trabalho* (1987). Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira, São Paulo: Oboré Editorial, pp. 163.
- Macedo, M. B. F. (1986). *Inovações tecnológicas e vivência operária – O caso de Rio Tinto – 1950-1970*. João Pessoa: IDEME, 1988, Monografias IDEME, pp. 250.
- Fernandes, J. B. (1971). *O Extinto Rio Tinto*, Paraíba, pp. 169.
- Goes, R. (1962). *Um sueco emigra para o Nordeste: vida, obra e descendência de Lundgren*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, pp. 127.
- Milkman, R. (1987). *Gender at work: the dynamics of job segregation by sex during World War II*, University of Illinois Press, USA.
- Kergoat, D. (1992). A propos de rapports sociaux de sexes, *Revue M*, n. 53-54, pp.16-19.
- (1982). *Les ouvrières*, Paris, Le Sycomore.
- Kergoat, D.; Hirata, H. (1988). Rapports sociaux de sexes et psychopathologie du travail, *in: C. Dejours (sous la direction de). Plaisir et souffrance dans le travail*, tome II, Orsay, AOCIP, pp. 131-163.
- Teiger, C. *Représentation du travail, travail de représentation*. *in: D. Dubois, P. Rabardel & A. Weil-Fassina, Représentation pour l’action*. Choix de l’éditeur em cours.
- Thebaud-Mony, A. (1992). *et alii*. Inégalités sociales, industrialisation et santé - ISIS, Rapport d’Activité - INSERM, Paris, octobre, pp. 11.
- Viana, L. (1978). *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 272.